CONGRESSO Presidente da Câmara afirma que responsável por proposta teria que assumi-la, dando nome e sobrenome

Maia admite pautar anistia ao caixa-dois, se autor for identificado

CATARINA ALENCASTRO
Agência O Globo, Brasília

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, disse ontem que não há tabus sobre temas a serem votados na Câmara, mas que se a anistia ao caixa-dois voltar a ser debatida, o autor de tal proposta teria que assumi-la, colocando seu nome, sobrenome e endereço fixo.

"Qualquer tema pode ser pautado. Não tenho objeção a nenhum tema, contanto que ele seja feito com nome, sobrenome e endereço fixo. Essa é a questão que falta nesse debate. A gente não pode ter mito de nenhum debate. Agora, da forma que se tentou no ano passado, sem nome, sobrenome e endereço fixo, é difícil porque a sociedade fica sem saber o que é", afirmou.

Reforma política

Maia falou sobre o assunto, questionado por jornalistas ao voltar de uma reunião sobre a reforma política no Palácio do Planalto. Ele voltou a defender a adoção da lista fechada e a criação de um fundo eleitoral público para financiar as campanhas.

Além de Maia, reuniram-se com o presidente Michel Temer para tratar da reforma política o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Gilmar Mendes, e o presidente do Senado, Eunício Oliveira. Ao fim do encontro, os quatro divulgaram uma nota dizendo haver "amplo consenso sobre a necessidade e a urgência de reforma do sistema político-eleitoral brasileiro".

Os principais pontos que devem ser pautados nesse debate, segundo eles, são a redução dos custos de campanha; o fortalecimento institucional dos partidos; e maior transparência e simplificação das regras eleitorais. Na próxima quarta-feira, Maia reunirá conselheiros do TSE para ouvir sugestões sobre financiamento de campanha.

"Você tem que pensar como é que vai financiar campanha. Se não tem mais pessoa jurídica e a gente não tem cultura para pessoa física, sobrou o financiamento público. Eu sempre tive a posição de que com o financiamento público quase que exclusivo, fora da lista fechada nós vamos construir um novo problema para a política brasileira. Como é que vai controlar esses recursos?", pontuou Maia.

Lista de Janot

Rodrigo Maia disse que o pedido de abertura de uma investigação contra ele no Supremo Tribunal Federal (STF) é importante porque dará a ele a chance de se explicar. Ele afirmou estar certo de que o inquérito será arquivado. E que o fato de, além dele, uma série de deputados constarem da lista do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, não irá paralisar a Câmara.

"A lista do Janot não atrapalha (os trabalhos da Câmara). Já tinha vazado parte, onde eu estava citado, então, para mim, o inquérito é muito importante porque vai me dar as condições para que eu esclareça os fatos, provando que não há nada contra mim, contra a minha conduta e contra a minha história. E o inquérito será arquivado. (Vou) provar que não é verdade", disse Maia.

Investigação

O presidente da Câmara de Deputados pontuou ainda que a lista de Janot mostra que as instituições estão funcionando. E defendeu que o Ministério Público e a Polícia Federal continuem avançando nas investigações, que, segundo ele, "são muito importantes".

"O mais importante é que as instituições estão funcionando, que o Ministério Público e o Ministério da Justiça continuem avançando nas investigações, que são muito importantes, e que o Congresso Nacional continue aprovando, votando as reformas que o Brasil tanto precisa, para que o Brasil possa superar a crise", afirmou Rodrigo Maia.

Marcelo Camargo/ Agência Brasil

Presidente da Câmara, Maia está na lista de Janot

INQUÉRITO NO STF

Rodrigo Maia disse que o pedido de abertura de uma investigação contra ele no STF é importante porque dará a ele a chance de se explicar. Ele acredita que o inquérito será arquivado

INSTALAR COMISSÕES

O presidente da Câmara negou que o fato de as comissões temáticas ainda não terem sido instaladas seja devido à tormenta política causada pelas revelações da lista do Janot

PASADENA

TCU mantém bloqueados os bens de Sérgio Gabrielli

FÁBIO FABRINI
Estadão Conteúdo, Brasília

O Tribunal de Contas da União (TCU) renovou por mais um ano o bloqueio de bens de ex-executivos da Petrobras investigados por prejuízos na compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA).

É a terceira vez, desde 2014, que o tribunal determina a indisponibilidade patrimonial de ex-dirigentes da estatal que participaram do negócio. A corte também apontou novas irregularidades, que podem fazer com que as perdas, inicialmente calculadas em US$ 792 milhões, sejam ainda maiores.

Entre os executivos alcançados pela decisão está o ex-presidente da Petrobras José Sérgio Gabrielli e os ex-diretores Nestor Cerveró (internacional), Paulo Roberto Costa (abastecimento) e Renato de Souza Duque (serviços). Os três últimos são investigados na Operação Lava Jato.

Cerveró e Costa já fecharam acordos de delação premiada e confessaram participação em esquemas de corrupção na companhia. Duque está negociando sua colaboração.

O bloqueio de bens dos executivos visa assegurar eventual ressarcimento à Petrobras, caso os prejuízos sejam confirmados ao fim de três processos, atualmente em curso na corte. Cada um desses processos apura o dano ao erário causado numa fase específica da aquisição de Pasadena, que foi feita em duas etapas: os primeiros 50% em 2006 e a segunda metade em 2012.

CRIME AMBIENTAL

STF autoriza investigar Padilha

MARCO ANTÔNIO JR
A TARDE SP

O ministro Ricardo Lewandowski atendeu ao pedido do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, e autorizou, ontem, a abertura de um inquérito para investigar o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, por crime ambiental. Padilha é um dos cinco ministros do alto escalão de Michel Temer na lista de Rodrigo Janot, que pede a abertura de investigação de casos de corrupção. O processo não tem relação com a Operação Lava Jato.

O caso que será investigado envolve a construção de um canal de drenagem no Balneário Dunas Altas, em Palmares do Sul (RS), que é uma área de preservação permanente. A empresa Girassol Reflorestamento Imobiliário tem o ministro Eliseu Padilha como sócio. A Procuradoria Geral da República escreveu que "os elementos já insertos nos autos apontam de fato para possível ocorrência de crime ambiental".

No local há também uma placa indicando que se trata de propriedade do ministro, que reivindica a posse legal de uma área próxima, e que atrai a atenção de empresas do setor elétrico, pois pode servir para instalação de torres de transmissão.

Ecossistema

Na petição 6.275, a PGR explica que em "14 de outubro de 2014 foi realizada vistoria no local em que ocorreu a abertura do valo, o qual se estende desde próximo das dunas primárias, junto à praia, até a conexão entre as Lagoas do Potreirinho e do Capão Alto, com extensão de 4.450 metros (4,45 km) e largura de 5 metros". O relatório mostra que a construção ilegal alterou o ecossistema da região em um raio de, pelo menos, quatro quilômetros. "Foram atingidos ambientes de campos de dunas móveis, dunas vegetadas, campos arenosos, áreas úmidas e banhados", completa o pedido.

"Com efeito, à primeira vista, os fatos descritos pelo procurador-geral da República em sua manifestação configuram, em tese, ilícito penal, devendo-se salientar que os autos possuem elementos probatórios aptos a embasar o início das investigações", escreveu Ricardo Lewandowski na decisão.

A apuração iniciou-se no Ministério Público do Rio Grande do Sul e foi remetida ao Ministério Público Federal depois de se descobrir que a área atingida pertence à União. "É o caso de prosseguimento da investigação sob supervisão da Suprema Corte", escreveu Janot, que pediu que o ministro Padilha fosse notificado para, "caso o queira", prestar esclarecimentos sobre os fatos investigados.

Antecedentes

O cerco se fecha em torno de Padilha, que acaba de retomar o trabalho à frente da Casa Civil, após se recuperar de uma cirurgia. O ministro também é acusado de se apossar de terras no interior do Rio Grande do Sul, na fronteira com a Bolívia, e de ter desmatado o equivalente a 19 mil hectares entre 1998 e 2015. Padilha já respondeu por repasses ilegais de verba a uma empresa de transportes, quando era ministro dos Transportes no governo de Fernando Henrique Cardoso (1997-2001).

> **"Os fatos descritos configuram, em tese, ilícito penal"**
>
> **RICARDO LEWANDOWSKI, ministro**

ILUMINAÇÃO PÚBLICA

UPB questiona modelo de cobrança de contribuição

DA REDAÇÃO

A União dos Municípios da Bahia (UPB) e a Coelba vão estabelecer, por meio de suas equipes jurídicas, reuniões e uma mesa-redonda para tratar do modelo de cobrança da contribuição de iluminação pública (CIP). A decisão foi acordada em encontro ocorrido ontem na sede da Coelba, entre o presidente da UPB e prefeito de Bom Jesus da Lapa, Eures Ribeiro, o diretor-executivo de distribuição do Grupo Neoenergia, Fernando Arronte, e o superintendente comercial da Coelba, Emmanuel Lôpo.

Eures questionou a forma de cobrança da CIP prevista nos contratos celebrados entre a Coelba e os municípios baianos. O presidente da UPB solicitou a imediata revisão dos contratos, para que o valor resultante da contribuição, por ser receita pública, ingresse integralmente nos cofres municipais. "As lei municipais são muito específicas. Não se pode pagar conta de prédio público com esse recurso da CIP. Nós prefeitos não temos interesse em sermos inadimplentes e prejudicarmos a Coelba, mas precisamos resolver essa situação com urgência. A intenção é alcançar a resolução de um problema relatado por muitos colegas prefeitos", pontuou.

O superintendente comercial da Coelba Emmanuel Lôpo, mostrou interesse em solucionar a questão. "Tenho certeza de que vamos avançar com esses pontos. Nos últimos dois anos, tenho recebido dezenas de prefeitos aqui e acho que essa oportunidade de alinhamento é muito boa", disse.

Também estiveram presentes ao encontro o superintendente da UPB, Leonardo Minho, e a advogada da instituição, Márcia Bittencourt.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UIBAÍ
PP 09/17. Menor preço por lote. Objeto: Aquisição de medicamentos e material de consumo. Dia 28/03/17 às 9h. PP 10/17. Menor preço por lote. Objeto: Aquisição de Medicamentos. Dia 29/03/17 as 9h. Informações na CPL, telefone: (74) 3649 1201. Jarbas da Silva Soares – Pregoeiro.

EDITAL PARA ASSEMBLÉIA GERAL DE FUNDAÇÃO
A comissão pró-fundação do Sindicato da Indústria e Comercio de Catu, convoca todos os membros da categoria EMPRESÁRIOS DA INDUSTRIA E COMERCIO, do município de Catu, no Estado da Bahia a participarem da Assembleia Geral de Fundação do Sindicato da Industria e comercio do município de Catu, que realizar-se no dia 03 de Abril de 2017, às 19:00 horas no endereço, praça Lourenço Oliviere, sn na cidade de Catu/Bahia, para tratarem da seguinte pauta, aprovação do estatuto e eleição da 1ª diretoria.
Catu em 16 de Março de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
CNPJ Nº 13.646.005/0001-38

AVISO DE ABERTURA
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REQUALIFICAÇÃO, RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA EM DIVERSOS LOGRADOUROS DO MUNICIPIO DE ALAGOINHAS/BA. Recebimento de envelopes e abertura no dia 18/04/2017 às 09h. O Edital estará à disposição na COPEL situada no CAM – CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL, Rua Manoel Romão, Nº 23, Alagoinhas Velha, Alagoinhas/BA ao preço de R$ 20,00 (vinte reais). Dados Bancários: Banco do Brasil - AG: 0158-9, C/C:16.658-8. Maiores informações pelo tel. (0xx75) 3422-8607. E-mail: licitações.alagoinhas.ba@gmail.com Alagoinhas, 15/03/2017. Robério Neves de Souza-Presidente da COPEL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS
CONCORRÊNCIA PÚBLICA 01/17. Menor preço global. Objeto: execução de serviços de engenharia para o gerenciamento do sistema de iluminação pública (IP), envolvendo a atualização e operação do cadastro informatizado, telegestão, manutenção corretiva, preventiva, melhoria e expansão do parque de IP. Dia 18/04/17 às 13h. Edital no http://transparencia.ilheus.ba.gov.br/ no link Licitações. Informações no Anexo de Secretarias, na sala de Licitação, ou telefones 73 32343539/3541/3545/3575 ou licitacao@ilheus.ba.gov.br, de 12h as 18h. Ilheus-Ba, 15/03/17. Bruna Vieira Rodrigues. Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MALHADA DE PEDRAS
CNPJ N: 14.106.561/0001-84
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2017
O município de Malhada de Pedras-BA publica a realização de Pregão Presencial para Registro de Preços no dia 28 de março de 2017, às 09h, para Contratação de empresas do ramo para fornecimento de material de limpeza para atender as necessidades das secretarias e órgãos do O município, conforme edital que pode ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, localizada à Praça da Bandeira, nº 7, Centro, Malhada de Pedras-BA das 08 àS 12 HORAS.
14 de março de 2017. Naiara Silva de Oliveira - Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUBERÁ
CNPJ N: 14.195.333/0001-28
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2017
A Prefeitura Municipal de Ituberá torna público que se realizará a Licitação: Processo Administrativo nº PA. nº 058/2017. Modalidade Pregão Presencial nº PP 015/2017 - Licitação nº 058/2017. Tipo: Menor Preço Global por lote. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza urbana: coleta de resíduos sólidos urbanos, varrição, capina de ruas e passeios do município com operação da área de descarte do material recolhido. Sessão de Abertura: 28/03/2017, às 08:00 horas. Local: Unidade Administrativa, situada na Praça Rui Barbosa, nº 33, Bairro Centro, (Em cima da Caixa Econômica Federal) CEP 45.435-000, na cidade de Ituberá-Ba Fax (73) 3256-8104. Informações e/ou retirada do edital: das 08h00min às 13h00min, na Unidade Administrativa. Contatos: Vadilson Teles, Tel. 00073 - 3256-8100, Ituberá, 14 de março de 2017.VADILSON TELES SANTOS-Portaria nº 08 de 21 de fevereiro 2017-Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BROTAS DE MACAÚBAS
PP SRP 17/17. Objeto: aquisição de pneus, câmaras de ar e outros e prestação de serviços de borracharia. Menor preço por lote. Dia 28/03/17 às 9h. Informações das 8 as 12 na CPL. Praça dos Poderes nº 95/Brotas de Macaúbas/BA. 15/03/2017. Maisa Neto de Oliveira/Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJERU
PP SRP 12/17. Empreitada por preço global. Objeto: serviços de transporte de alunos, com recursos do PENATE. Dia 28/03/17 às 9h. PP SRP 13/17. Empreitada por preço global. Objeto: serviços de transporte de alunos. Dia 28/03/17 às 14h. Informações/Edital no 77 34172252 ou licitacaoguajeru@gmail.com. Edital e outros atos - www.pmguajeru.ba.ipmbrasil.org.br. Guajeru/Ba, 16/03/17. Gilmar Rocha Cangussu. Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAFAIETE COUTINHO
PP 12/17. Objeto: locação de veículos com motorista para o Transporte Escolar. Dia: 28/03/17 às 14h. Edital na sede, R Assemiro Marques, 200, Centro, de 8 as 12h ou pelo www.lafaietecoutinho.ba.gov.br. Informações 73 35412125. Lafaiete Coutinho-BA, 14/03/17. Ianderléia de Oliveira Nascimento - Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBOTIRAMA
CNPJ N: 13.798.152/0001-23
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 004/2017 - PMI/BA
A Prefeitura Mun. Ibotirama comunica aos interessados que se encontra aberta a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017, do tipo menor preço por lote, tendo como objeto Contratação de empresa especializada no fornecimento de passagens terrestres destinadas aos servidores municipais a serviço do município de Ibotirama - Bahia e municipes que necessitam do TFD - Tratamento Fora do Domicílio e do Auxílio Passagem, o Benefício Eventual da Assistência Social, que será realizada no dia 29 de março de 2017, às 8:30h, na sala de Licitações desta Prefeitura. As informações serão obtidas na sede da Prefeitura das 8:00 às 12:00h pelo telefone 77 3698-1512. Joelma P dos Santos - Pregoeira